



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório: 094/2019

Modalidade: Pregão Presencial: 064/2019

Objeto: Contratação de empresa visando a locação de concentrador de oxigênio para usuário do sistema único de saúde (S.U.S).

Reportando-me à Impugnação interposta pela empresa **NILSON MOREIRA CARDOSO**, CNPJ n.º 17.121.657/0001-00, contra o edital do Pregão Presencial nº 064/2019, cujo objeto é a contratação de empresa visando a locação de concentrador de oxigênio para usuário do Sistema Único de Saúde (S.U.S), e após à suspensão do processo em epígrafe, devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Presidente Olegário, esta comissão, nomeada pela Portaria nº 001/2020, tem a expor o que segue:

I. Da tempestividade

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa **NILSON MOREIRA CARDOSO – ME**, com fundamento das leis 8.666/93 e 10.520/02.

II. Das razões da impugnação

A empresa impugnante contesta especificamente o item 006 da seção VII – Do credenciamento do interessado, no que tange ao Anexo VII contestou a seção II – Justificativa, e o item 03 da seção VI – Das obrigações das partes do Edital de referência. Alega que deverá ser revisado o edital para adequar aos termos do art. 48, III, da LC 123/2006, com alterações da LC 147/2014 para reservar cota 25% para Microempresas e empresas de pequeno porte. Afirma ainda que a troca anual de válvula reguladora, fluxômetro e umidificador dos equipamentos fornecidos em comodato traria a inobservância do princípio da sustentabilidade por inutilizar produtos em perfeito estado de uso, sugerindo a alteração do instrumento convocatório, no que tange a substituição “sempre que se fizer necessário”. A impugnante relata outrossim que a limitação da prestação de serviços na área do Município seria essencial, caso contrário inviabilizaria a execução dos serviços.



III. Das alegações da impugnante

- a) “Revisar o edital impugnado, para nos termos do art. 48, III, da LC 123/2006, com modificações pela LC 147/2014, **reservar cota de 25%** para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte” (grifo nosso);
- b) “Estabelecer a troca da válvula reguladora, fluxômetro e umidificador dos equipamentos fornecidos em comodato apenas caso seja necessário e não anualmente”;
- c) “Estabelecer que a responsabilidade do contratado em manusear, recarregar ou reparar o equipamento fornecido em comodato se limite à área do município de Presidente Olegário.”

IV. Da análise das alegações

- a) Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto Federal 3555/00, art. 12 caput, dispõe: “até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”
- b) O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail e a via original devidamente protocolada, sua impugnação ao Município de Presidente Olegário/MG, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.
- c) Após análise das alegações da impugnante, a Pregoeira e a equipe de apoio deliberaram o seguinte:
 - i. **Revisar o edital impugnado, para nos termos do art. 48, III, da LC 123/2006, com modificações pela LC 147/2014, reservar cota de 25% para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:**
Entendemos que princípios devem ser seguidos em qualquer processo para atendimento da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade, princípios estes descritos no Decreto Federal 3555/00. Consoante ao exposto na LC 147/2014, os bens de natureza divisível deverão ter cota de **até 25%** do objeto para a contratação de Microempresas, diante disso para obediência ao princípio da legalidade há de ser revisto o quantitativo destinado a ampla concorrência. Ocorre



que, o quantitativo a ser reservado para MPE's deve se ater ao valor máximo de 80.000,000 (oitenta mil reais) de acordo com os artigos 47 e 48, I da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, para cumprir à determinação de tais artigos, a cota a ser reservada é de 23,46% (vinte inteiros e quarenta e seis décimos por cento) o que totaliza em 107 (cento e sete) unidades, perfazendo o valor médio total reservado de R\$ 79.536,66 (setenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos).

ii. Estabelecer a troca da válvula reguladora, fluxômetro e umidificador dos equipamentos fornecidos em comodato apenas caso seja necessário e não anualmente:

A fim de praticar o princípio da razoabilidade e ainda o princípio do desenvolvimento sustentável, a Pregoeira e sua equipe de apoio entendem que a troca anual dos equipamentos oneraria o Município, o que findaria por não obter o melhor preço para o objeto licitado, entende-se ainda que a troca periódica dos equipamentos é inviável. Com o intuito de atender ao Município e às licitantes, o entendimento é de que, apenas devem ser repostos os equipamentos com defeito, desgaste ou inoperância.

iii. Estabelecer que a responsabilidade do contratado em manusear, recarregar ou reparar o equipamento fornecido em comodato se limite à área do município de Presidente Olegário:

A limitação da área de abrangência das responsabilidades do contratado evidentemente se atenta apenas ao Município de Presidente Olegário.

V. Decisão

a) No que concerne a alínea “a”:

Reservar cota de 23,46% do objeto licitado.

b) Acerca da alínea “b”:

Acatar a impugnante complementando com as visitas sempre que solicitadas.

c) No tocante a alínea “c”:

Acatar a impugnante em sua totalidade.

Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa **NILSON MOREIRA CARDOSO – ME**, para, no mérito, dar por procedente parcialmente, nos termos da legislação



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

pertinente, sendo assim, o Processo Licitatório em epígrafe deverá ser republicado com a devida reabertura do prazo conforme previsto no § 4 do artigo 21 da Lei Federal 8.666/93.

Publique-se dando ciência a impugnante da presente decisão.

Presidente Olegário, 14 de janeiro de 2020.

Larissa Virginia Moreira Silva
Pregoeira

Camila Fonseca da Silva Fabiana Aparecida de Sousa Francielle Cristina Gomes Noronha
Equipe de Apoio